



4

TERESINA, QUARTA, 9 DE JANEIRO DE 2002

**INTERIOR**

LUIZ CARLOS OLIVEIRA

Na mira da Força Tarefa

Esta semana os coordenadores do Movimento de Fiscalização denominado "Força Tarefa" têm reunião marcada para discutir um plano de estratégias para pressionar o Judiciário e fazê-lo agilizar os processos criminais envolvendo os ex-prefeitos denunciados pelo Ministério Público. No dia 5 de março do ano passado, as entidades que integram a Força Tarefa Popular, entre elas, a Federação das Associações dos Moradores e Conselhos Comunitários (Famcc), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Conselho Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Cepac, denunciaram a possibilidade de vários ex-prefeitos terem seus crimes prescritos pela falta de agilidade dos processos. De acordo com a organização, na época foram apontados a existência de 116 processos em tramitação que foram encaminhados ao Interior onde os crimes aconteceram. Como proposta para impedir a prescrição dos crimes, a Força Tarefa Popular propôs a feitura de Correição Parcial nos processos com o objetivo de agilizar estes feitos. A Corregedoria acatou a sugestão e o parecer do assessor jurídico Carlos Magno de Almeida.

**A FORÇA
PROPÕS A
FEITURA DE
CORREIÇÃO**